

João Martins Pereira, *Sistemas Económicos e Consciência Social — Para uma teoria do socialismo como sistema global*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980.

Procurar reflectir sobre um «objecto (social) que realmente ainda não existe» — o socialismo — enfrentando (e rejeitando) o «argumento da utopia», mas fazê-lo oferecendo-nos, simultaneamente, uma «viagem» teórica e analítica de rara profundidade, nomeadamente no campo da teoria económica: eis a síntese que João Martins Pereira consegue no seu último trabalho.

Nesta nota procurarei chamar a atenção para este trabalho que, tal como os anteriores deste autor, me parece de grande importância no panorama intelectual português. A riqueza do seu conteúdo sugeriu-me uma atitude que opta mais por dar relevância a alguns dos assuntos abordados do que propriamente por uma discussão exaustiva ou pelo acentuar do seu enquadramento teórico.

Este livro é, antes de tudo, uma obra sobre o socialismo e a problemática da transição. É este, de resto, o objectivo da investigação de que ele é resultado, feita no âmbito do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian. Seria pois traiçoar as intenções do autor não realçar esta temática central, «global». Mas, para isto, é relevante a análise feita sobre a teoria económica — a do capitalismo e a do socialismo — numa perspectiva em que o «sistema económico» não é autónomo, isto é, em que o discurso sobre o económico serve para chegar à discussão do socialismo.

A questão do socialismo e a questão da teoria económica são, aliás, temáticas que JMP já tratou em obras anteriores (sobre esta, cf *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, Porto, Afrontamento, 1974; sobre a primeira cf *O socialismo, a Transição e o Caso Português*, Lisboa, Bertrand, 1976).

Parece-me poder afirmar que JMP é, no nosso país, quase a única voz naquilo a que chamaria aqui o terreno de *uma*

*epistemologia da economia*. A reflexão sobre o conhecimento (e o não-conhecimento) produzido pela ciência económica do capitalismo, a qual constitui um dos três ensaios do livro, revela-se-nos como uma contribuição muito significativa. Daí sublinharia dois aspectos: por um lado, a opção, retomada pelo autor, de pensar um projecto que é do futuro — o socialismo — a partir da própria realidade que lhe é anterior e da produção teórica que lhe subjaz; por outro, as potencialidades das propostas que JMP nos faz através do modo como analisa a teoria económica do capitalismo, num país onde a economia é mais vezes entendida como ciência «natural» do que como ciência social que é e onde as perspectivas críticas sobre esta área da produção científica se confinam, a maior parte das vezes, às cadeiras introdutórias dos primeiros anos dos *curricula* académicos para, enfim, serem omitidas nas práticas profissionais.

É, aliás, ao partir da consideração da «especificidade global das chamadas ciências humanas» (pag. 16) — a natureza idêntica do sujeito e do objecto — e da circunstância «inevitável» de o «actor social», o agente económico, serem «indivíduos dotados de razão e de imaginação que actuam (...) dentro de quadros colectivos que interessa conhecer (...) mas com uma margem de iniciativa insusceptível de suportar o rigor de enunciados da física» (pag. 17), que JMP vai discutir o «valor científico» do conhecimento económico. Na ambição de se definir como ciência positiva, a ciência económica dominante omite, desde logo, um passo essencial para assumir coerentemente tal qualificativo — a *verificação* das explicações e, muitas vezes, das normas que propõe. Assim sendo, resta-lhe sonhar com a «possibilidade de um dia vir a adquirir a capacidade de *isolar* os fenómenos económicos, as variáveis económicas, e a partir daí se poder tratar 'um sistema económico' como se fosse um sistema termodinâmico ou um sistema biológico» (pag. 30).

No centro desta «fuga» à realidade está, na análise do autor, a teoria do equilíbrio geral, modelo inspirador da intervenção de «certos organismos internacionais» que, por se fundar em «audaciosas hipóteses sobre os 'processos inextricáveis e largamente desconhecidos' do comportamento micro-económico» (pág. 84), ousa pensar que é «possível 'induzir' nos agentes económicos os comportamentos optimizantes que a teoria exige» (pag. 85). Os desenvolvimentos, mais recentes, da programação linear confeririam os meios para imprimir «racionalidade» ao sistema.

Mas, se a teoria económica do capitalismo é assim, como é a «teoria económica do socialismo», ou da «transição» para

o socialismo? A conclusão que me parece central em JMP é exactamente que, tal como para o capitalismo, também para o socialismo estamos desprovidos de uma teoria.

E isto, basicamente, por duas razões, uma essencialmente positiva outra altamente negativa.

A primeira resulta de que o grande contributo para a questão do socialismo e da transição releva do debate dos anos 20 na União Soviética, debate que, pela sua globalidade e complexidade, não pode ser reduzido ao económico, descartando-o do «contexto político-social-cultural» que o enformava. Este debate foi a própria antecipação da multidisciplinaridade que, hoje em dia, se torna caminho a percorrer.

A segunda razão reside na própria «evolução» da teoria económica nos regimes de Leste, cujo corolário mais significativo é representado pela Hungria com o seu Novo Mecanismo Económico, que, no fundo, significa o retorno à teoria do equilíbrio geral.

O debate dos anos 20 na URSS, mais do que a procura «laboratorial» de uma «teoria económica do socialismo» ou das suas «leis fundamentais» foi, essencialmente, um combate fundado numa *prática* de transformação, por uma visão global da sociedade em construção.

Como se sabe, os actores centrais deste debate foram Preobrajensky e Bukarine e, da sua polémica, podem retirar-se duas grandes questões: a da inserção dos camponeses na nova sociedade e a da planificação.

Em discussão estava, afinal, a questão da prioridade a dar à agricultura ou à indústria (para Preobrajensky o sector privado agrícola seria a base de uma acumulação que, através de uma troca de não-equivalentes em favor do sector socialista e industrial tornaria este no *motor* da economia socialista; para Bukarine o campo é a «galinha dos ovos de ouro» da nova economia, devendo constituir-se, portanto, em motor do desenvolvimento mesmo que à custa do enriquecimento da burguesia agrária — os Kulaks).

Relevando da questão da planificação estava também em discussão a própria natureza dos «reguladores» económicos na economia socialista — para Bukarine a lei do valor é «um factor indispensável de equilíbrio social sob todas as formas históricas por mais variadas que sejam» (citado na pag. 136); para Preobrajensky a economia de transição conhece dois reguladores: a lei do valor (relações de mercado) e a lei da acumulação socialista primitiva.

Por sua vez, a análise do que tem sido o sistema de planificação central nos países de Leste, a sua discussão e as suas reformas permite-nos concluir que, no seu cerne, tem estado,

como sintoma relevante, a ausência de uma componente fundamental — a participação política e social dos próprios destinatários do projecto socialista. Ou porque na sua fase inicial era determinante a ideia de que «os ritmos decidem tudo» e os próprios «estímulos morais» eram burocraticamente decididos «de cima»; ou porque, mais tarde, para os «reformadores» dos anos 60, os indivíduos foram *uniformizados* sob a categoria de meros «agentes económicos» e os intervenientes no debate para a construção dos novos modelos se assumiram deliberadamente como cientistas «do económico», subsistiu, afinal, a mesma resultante — a componente técnico-burocrática sobrepõe-se aos (supostos) sujeitos da transformação socialista.

Será por isto, aliás, que, para os reformadores, as distorções do modelo foram atribuídas quase exclusivamente ao *sistema de preços e incentivos* (pag. 160), centrando-se assim o debate em termos essencialmente económicos.

Daí que a conclusão (quer para o «socialismo de mercado» húngaro, quer para o de decisão central) seja que «os preços deveriam ser calculados de tal forma que, orientando-se por eles com o objectivo de realizar o *lucro máximo*, os directores de empresas fossem indirectamente levados a tomar decisões consistentes com os objectivos do planificador» (pag. 168).

Eis-nos, assim, regressados ao «velho sonho da teoria do equilíbrio geral, segundo o qual o comportamento maximizador do lucro por parte das empresas é condição para a obtenção do máximo de utilidade colectiva» (pag. 169). Aqui, fica reservado um papel central para os economistas matemáticos — agentes privilegiados da ideia da «convergência» dos sistemas — cabendo-lhe exactamente a simulação matemática do sistema de preços que «se estabeleceria [num] mercado livre, preços que reflectirão simultaneamente quer a escassez relativa dos recursos, quer as pressões da procura dos consumidores» (pag. 169).

Eis-nos, ainda, convertidos ao mercado livre, desembaraçados já das implicações globais que resultam de pensar a economia em referência a um projecto de sociedade que, por sua vez, reconhece nos indivíduos e nas classes sociais os agentes da própria transformação.

Neste particular, todavia, JMP faz-nos saber que, para além da aguda crítica que acabámos de referir, está a sua convicção de que não há uma implicação necessária entre o funcionamento burocrático-administrativo da economia e o modelo de planificação central (pag. 153) e que reconhece num modelo deste tipo «imensas potencialidades» desde que

«combinado com uma consciência social desenvolvida através de mecanismos de participação colectiva na fixação dos objectivos e na efectivação de tarefas cujo sentido fosse compreendido e assumido por todos como um imperativo natural» (pag. 166).

Se bem que JMP logo adiante que «aqui nos situamos já ao nível do sistema político e, uma vez mais, nos defrontamos com a impossibilidade de isolar *um* sistema dos outros sistemas de relações que integram a realidade social» (pag. 166), colocam-se-me algumas interrogações relativamente a esta questão. Efectivamente, a íntima relação entre o «modelo económico» e o «modelo político» dos regimes de Leste bem como a patente cristalização das suas características mais marcantes e a «independência» das «reformas económicas» e das «reformas políticas», faz-me pensar que não é a «adição» da participação — da autogestão — que globaliza um novo modelo. Parece-me, aliás, que o próprio conceito de *consciência social*, central nesta obra, nos conduz exactamente a entendê-lo como fulcro de uma maneira distinta de pensar (e construir) a sociedade socialista. É claro que certas características do antigo modelo — desde logo a decisão central — são aí necessárias; mas sê-lo-ão no interior do *novo* modelo.

As grandes componentes desse modelo clarificam-nos, ainda mais, a síntese dos três ensaios deste livro — «o 'sistema socialista' (como o 'sistema capitalista') não pode ser de nenhum modo identificado em termos de 'sistema económico'». A ausência desta perspectiva nos dois «sistemas», tem conduzido a que a «teoria dos sistemas» seja, a nível teórico, o lugar da convergência do capitalismo e do socialismo — colocando-nos apenas no plano dos sistemas *económicos*, teremos dificuldade em fugir à lógica da teoria dos sistemas, segundo a qual cada sistema é apenas um ponto num espaço a  $n$  dimensões, definido pelos valores dos  $n$  parâmetros característicos desse mesmo espaço». O projecto socialista será, enfim, «o resultado de um trabalho multidisciplinar aprofundado», já que se trata de um projecto de sociedade «global» (pag. 238).

Dir-se-á, e é verdade, que esta perspectiva (correcta) não é propriamente uma inovação. Penso, pela minha parte, que o aspecto que merece exactamente ser realçado é o que resulta do «diálogo» que, com este objectivo, o autor trava com a «ciência económica» — uma visão global transforma os próprios economistas, que serão «tanto mais 'cientistas' quanto menos 'economistas'» forem (pag. 111).

Esta análise é complementada pela discussão das teses de Guevara, Rudolf Bahro e da escola de Budapeste (Maria Markus, Andras Hegedüs, Agnes Heller).

Ao colocar a questão do socialismo nos termos em que o faz — o socialismo como *projecto* global só possível de ser entendido em termos multidisciplinares onde as práticas nunca são puramente económicas e onde a *consciência social* (conceito que coloca basicamente a questão cultural) deve ser o factor integrador do bloco social interessado no socialismo — JMP situa-se num terreno que importa vivamente aprofundar.

Creio, aliás, que neste campo o seu contributo valioso já não será, apesar do quase silêncio que caracteriza a discussão séria do socialismo no nosso país, uma voz isolada. O colectivo desta revista (ver, no número anterior, o artigo de Boaventura de Sousa Santos — *A Questão do Socialismo* e, neste número, a notícia do 2.º Seminário de Quintela) sente-se empenhado nesta discussão e não queremos deixar de sublinhar aqui algumas linhas mestras que têm sido privilegiadas e que se prendem quer com a raiz cultural do *projecto* alternativo quer com os *meios* de pensar o presente.

A identificação do «ponto de partida» é uma preocupação importante para quem aspira a definir um *projecto* socialista. A convergência que JMP assinala entre algumas perspectivas teóricas (entre as teorias económicas, por ex.) bem como a caracterização do capitalismo e do socialismo «realmente existente» acha no artigo de Boaventura de Sousa Santos acima referido uma preocupação idêntica: «a ambos os modelos subjaz a mesma matriz de desenvolvimento (...) e a análise da estrutura profunda das sociedades representativas de ambos os modelos mostra que essa matriz se encontra em crise» (RCCS n.º 6, pag. 160). Essa matriz comum designa-a BSS «paradigma do progresso».

A construção do paradigma alternativo — o «paradigma da sobrevivência alargada» — não é uma tarefa finalizada pela tomada do poder, isto é, pensar o socialismo não é pensar o assalto ao «palácio de Inverno». Ao poder socialista cabe como principal tarefa a transformação do próprio poder.

Finalmente, importa não omitir o claro compromisso teórico que, em vista deste *vazio* (a ausência de uma teoria do socialismo revela a sua fase pré-paradigmática) uma concepção global das sociedades deve fazer com a metodologia marxista — lugar próprio do pensamento multidisciplinar.

Assumir esta questão é, para ambas as contribuições, um aspecto importante, principalmente quando se trata de colocar no centro das nossas atenções uma sociedade com-

plexa como é a sociedade portuguesa. Uma sociedade «entre-Guevara-e-Bahro», na curiosa caracterização de JMP, por certo para sublinhar o desafio que a «ambiguidade» da sua natureza, simultaneamente periférica e próxima das questões culturais e políticas das sociedades industrializadas, nos propõe.

José Reis

João Bernardo, *O Inimigo Oculto — Ensaio sobre a luta de classes; manifesto anti-ecológico*. Afrontamento, Porto, 1979.

A sociedade contemporânea atravessa uma crise de múltiplos aspectos. Se bem que económica, é-o também de civilização, de valores. As referências do pensamento contemporâneo que serviam de paradigma destruturam-se. Mas é sobretudo a crise económica, isto é, a crise do capitalismo contemporâneo e a questão ecológica que nos importam aqui. Esta crise evidencia-se nos anos 70 e leva a alterações mais ou menos profundas e a situações de agudeza variável nas políticas económicas e sociais com desigual expressão nas várias partes do mundo.

Para fazer face aos diversos problemas emergem movimentos sociais, cuja acção e estrutura saiem fora dos padrões dos movimentos tradicionais, colocando-os em plano secundário. Por sobre as lutas no campo da produção emergem as lutas no domínio da reprodução social. Energia, ambiente, modo de vida, bem-estar, qualidade de vida são os temas dominantes.

Como ver estas lutas sociais?, estes movimentos sociais? Qual a sua relação com o modo de produção capitalista? Com a estrutura de classes e a luta de classes?

A estes temas e a esta problemática dedica João Bernardo o seu livro *O inimigo oculto*.

Ao tratar de uma panorâmica geral da crise económica contemporânea, da sua génese e da situação das lutas sociais no capitalismo de hoje procura fazê-lo ligando as lutas sociais com os elementos característicos do modo de produção capitalista, englobando a sua obra dois aspectos distintos e interligados: um ensaio sobre a luta de classes e um manifesto anti-ecológico.

Da articulação destas denuncia um inimigo, *o inimigo oculto*, donde aliás o título do livro, e que é no seu entender